



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA
PROJETO DE CONCESSÃO DA RODOVIA RSC-287

Aos seis dias do mês de maio de 2019, às 14 horas e 30 minutos, no Centro de Convenções do Park Hotel Morotin, nº 1981, situado RSC-287, km 239, Bairro Camobi, em Santa Maria-RS, realizou-se a Audiência Pública referente à apresentação e exposição técnica do projeto de concessão dos serviços de Operação, Exploração, Conservação, Manutenção, Melhoramentos e Ampliação da Infraestrutura de Transportes dos trechos da Rodovia RSC-287, com início na Rodovia RSC-287, no trecho entre Tabai, no entroncamento com a BR-386, no km 28,03, e Santa Maria, no entroncamento com a ER-509, no km 232,54, totalizando 204,51 km de extensão, nos termos Instrução Normativa nº 03, de 11 de abril de 2019, cujo Aviso de Audiência Pública nº 03/19 foi publicado na edição nº 79 do Diário Oficial do Estado do dia 24 de abril de 2019, página 139, no jornal de grande circulação Jornal Correio do Povo, de 24 de abril de 2019, e no sítio eletrônico <https://transportes.rs.gov.br/consulta-publica-rsc-287-e-ers-324> e Regulamento da Audiência Pública, também publicado no sítio supramencionado.

Ressaltam-se as presenças do Secretário de Estado de Logística e Transportes, Juvir Costella, do Secretário Estadual de Governança e Gestão Estratégica, Cláudio Leite Gastal, Secretário Estadual de Parcerias, Bruno Vanuzzi, Deputado Estadual Valdeci Oliveira, Deputada Estadual Kelly Moraes, Deputado Estadual Giusepp Riesgo, Prefeito do Município de Santa Maria, Jorge Pozzobom e demais prefeitos da região, do Diretor de Operações Rodoviárias, Walter Machado, representando o Diretor Geral do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, do Diretor de Logística e Transportes (SELT) e Presidente do Conselho Rodoviário, Roberto Niederauer, do Diretor Técnico da Empresa Gaúcha de Rodovias, Milton Cypel, o Diretor do Departamento de Concessões e Parcerias Público-Privadas, Rafael Ramos, dentre outras autoridades presentes.

Após manifestações iniciais das autoridades presentes, a Audiência Pública foi instalada pelo Secretário de Estado de Logística e Transportes, Juvir Costella, que, após pronunciamento, delegou a presidência da sessão ao seu Secretário Adjunto, Eduardo Battaglia Krause para a coordenação dos trabalhos. A Mesa Diretora, conforme disposto no art. 2º do Regulamento, foi composta também pelos Secretários Estaduais, de Governança e Gestão Estratégica, Cláudio Leite Gastal, Parcerias, Bruno Vanuzzi, o Diretor do Departamento de Concessões e Parcerias Público-Privadas, Rafael Ramos, na condição de responsável pela exposição técnica do Projeto de Concessão da Rodovia RSC-287, Charles Schramm, Rafael Fernandes Manesco e Marcel Nicorda, representantes da consultoria contratada para o desenvolvimento do estudo, Consórcio KPMG/Manesco/Planos, Maria Cristina Passos, técnica do Departamento de Concessões e Parcerias Público-Privadas e Paulo de Tarso do Amaral Meister, Superintendente Regional do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem.

Ato contínuo a abertura dos trabalhos, formada a mesa, o Presidente da Mesa Diretora procedeu a leitura completa do Regulamento da Audiência Pública.

Após a leitura do Regulamento, o Diretor do Departamento de parcerias Público-Privadas, da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica, Rafael Ramos, expôs as linhas gerais dos trabalhos realizados para a estruturação do Projeto. E, em seguida, realizou a apresentação técnica do Projeto de Concessão da Rodovia RSC-287.

Encerrada a exposição técnica, findou o período para submissão de manifestações ou questionamentos escritos e das inscrições para manifestações e questionamentos orais, conforme disposto no item IV Questionamentos e Contribuições, do Regulamento.

Em seguida, o presidente da mesa abordou os pontos da manifestação/questionamento



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

escritos dos participantes, Caio Siebel, Grupo CINFIRPO, questiona sobre a agência reguladora e seu papel, em resposta, o Presidente da mesa confirma que a AGERGS atuará como Agência Reguladora Estadual, está adequada ao exercício de fiscalização macro da rodovia. Breno Ferreira Leal, da CCR questiona cobrança do pedágio nas praças existentes da EGR imediatamente após a assunção do contrato, em resposta, a majoração será definida no certame licitatório. A Prefeitura de São João do Polêsine, representada pelo Vice-Prefeito sugere sobre a localização das praças de pedágio ser instalada antes do Santuário, o Presidente da Mesa argumentou que há uma discussão de difícil concertação sobre o local ideal de instalação da praça que será suprida pela indicação técnica, presente posteriormente no Plano de Negócios da Concessionária. Rafael Ramos, do DCPPP, complementa que no momento da assinatura do contrato o valor atual terá uma redução. Anísio Costa, questiona sobre os impostos já existente e sobre o acréscimo representado pela cobrança de pedágios que agrava a situação do pequeno e médio comerciante, em resposta, à exceção da CIDE, os demais não incidem diretamente na manutenção e conservação da estrada. Grupo CWFerro, sobre a alocação de riscos, pode o concessionário ser responsabilizados por eventos naturais, como resposta informa que as minutas dos contratos que estão inseridos no edital consideram este risco, em complementação Rafael Manesco esclarece, que está positivado na minuta do contrato como caso de força maior ou caso fortuito, risco repartido entre Concessionária e Poder Concedente. O representante das Comissões Municipais de Rio Pardo, Vera Cruz, Passo do Sobrado e Vale Verde, encaminham solicitação de análise às obras paralelas à rodovia RSC-287, nos quatro municípios, informam que serão avaliados dentro das possibilidades, com o intuito de minimizar as dificuldades apresentadas neste ambiente. As colocações que se referem a solicitação de novas obras serão verificadas e analisadas suas adequações dentro do programa apresentado e o impacto no estudo, com o intuito de minimizar as dificuldades apresentadas. Com relação às solicitações de inclusão de novas obras, isto requer novos estudos de engenharia e o aumento da tarifa deve ser avaliado. Anderson Toniazio faz questionamentos quanto às conversões à esquerda na rodovia, em resposta a equipe informa que por segurança as conversões devem ser feitas nos retornos e interseções, quanto às políticas para moradores locais, a concessionaria poderá adotá-las; complementarmente ao que foi questionado, informa-se que o sistema já foi estudado conforme a Lei Estadual nº 14.875/2016 e no Decreto Estadual nº 53.490/2017, sendo que não há previsão nestes diplomas de isenção para usuários de municípios específicos. Márcio Haldernardt, da Câmara de Vereadores de Agudo e Matias Bertrhan da Câmara de Vereadores de Santa Cruz; questionam sobre a quantidade das praças a serem instaladas, em resposta a equipe informa que nos estudos realizados, a configuração com cinco praças de pedágios se mostrou mais viável, em razão da diminuição do valor da tarifa ao longo de todo o trecho, sendo assim mais justo para todos os usuários, portanto, menos praças resultaria em um valor maior de tarifa. Dionísio Tavares da Silva argumenta que o Município de Candelária possui a maior área urbana impactada pela implantação da concessão, a equipe técnica solicita que o Plano Diretor do Município seja encaminhado para análise. O Eng. Vilmar Pisani, do Lions Clube Santa Maria-Itararé, questiona sobre a prioridade da terceira pista no trecho Santa Maria-Agudo (Quinta Colônia), a equipe responde que o estudo de tráfego indica que a solução de duplicação no tempo indicado é a mais viável, a implantação de terceira faixa e posterior duplicação encarece o projeto; quanto aos demais questionamentos como tapa-buracos e sinalização, asfaltamento de trechos e adequação das terceiras vias, informam que não estão considerados no projeto, mas passam a integrar o exame técnico a ser feito após a realização desta audiência. Luís Fernando Pereira, a apresentação por VDM por praça de pedágio faz uma projeção de receita e como se insere o trecho urbano de Santa Cruz do Sul que já está duplicado; o estudo de tráfego



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

foi disponibilizado com essas informações no site da Secretaria de Logística e Transportes e a duplicação já foi considerada no modelo. Gabriel Haas de Borba, da ACI de Santa Cruz, questiona sobre a possibilidade de municipalização de algumas rodovias, em resposta a equipe informa que não há previsão de municipalização de nenhum trecho durante o período da concessão. Evandro Behr coloca sobre a possibilidade das travessias urbanas serem feitas aos moldes do Eixo Monumental em Brasília, ainda, qual a possibilidade de incremento do contrato de concessão com a inclusão de praças de abastecimento, descanso e alimentação e qual o acréscimo de veículos pesados depois da duplicação e qual a possibilidade de veículos pesados além do adicional por eixo no caso de não haver pesagem nos referidos veículos, para responder a equipe informa que não está previsto cobrança adicional nesta modelagem que foi feita, o projeto básico é referencial e indica as soluções mais adequadas considerando a segurança e modicidade tarifária. Para registro informamos que o estudo de tráfego foi disponibilizado no site da Secretaria de Logística e Transportes, conforme já foi referido anteriormente. O contrato admite que a concessionária explore as atividades acessórias, complementares ao objeto da licitação. Bertino Rech, Presidente da Associação Municipal Centro Serra, quanto aos assuntos apresentados e discutidos no COREDE Vale do Rio Pardo, a inclusão de novos estudos de engenharia para terceira via e a implantação de novos investimentos demanda novos estudos de engenharia e revisão dos valores da tarifa calculada. As seguintes entidades entregaram suas manifestações oficiadas à Mesa Diretora, Associação Brasileira dos Usuários de Rodovias, Associação Comercial de Santa Cruz do Sul, Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas-RS, Associação de Hotéis, Restaurantes, Agências de Viagens e Turismo de Santa Maria-RS, Associação de Jovens Empreendedores de Santa Maria -AJESM, Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo -AMVARP, Associação de Entidades Empresariais de Santa Cruz do Sul- RS, Associação do Comércio e Indústria de Candelária, ABC- Associação dos Profissionais da Contabilidade de Santa Maria, Associação Santa Cruz Novos Rumos, Associação dos Veículos de Comunicação de Santa Maria, Câmara de Comércio Indústria e Serviços de Santa Maria, Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Venâncio Aires - CACIVA, Câmara dos Dirigentes Lojistas de Santa Maria, Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo, COREDE Central, Fórum das Entidades Empresariais de Santa Maria, Ordem dos Advogados do Brasil (Subseção de Santa Maria), Associação Comunitária Santa Lúcia, Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Santa Maria, Sindicato das Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Santa Maria, Sindicato dos Contadores e Técnicos em Contabilidade de Santa Maria, Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Santa Maria, Sindigêneros (Região Centro), Sindilojas (Região Centro). Posteriormente, fizeram uso da palavra, regularmente inscritos para manifestação ou questionamento oral, conforme segue: Lucas Michelon, de Pinhal Grande, faz referência às mobilizações iniciadas no sentido de melhorias na ERS-400 (Candelária-Passa Sete), terceira faixa da faixa nova de Camobi, solicita que um estudo seja feito para que a ERS-149, importante ligação municipal, questiona sobre a conclusão de um estudo sobre esta ligação de Pinhal Grande à Nova Palma, são 4,5km. Lucas Rubinger, representante da ACI de Santa Cruz, sobre o trecho de Venâncio Aires e Candelária, pergunta sobre as empresas interessadas no edital da forma como está, sem alteração do edital, com a possibilidade de redução na tarifa, feita a licitação em quanto tempo teríamos a empresa vencedora, em resposta Rafael Ramos, da DCPPP, informa que a expectativa do Governo é fazer o leilão na BOVESPA, o que traz credibilidade e atrai mais empresas, podendo refletir na baixa do preço da tarifa. Léo Henrique Schingel, Associação de Entidades Empresariais de Santa Cruz do Sul, integra o Movimento Duplica 287, que posicionou na defesa do projeto como foi apresentado, em razão da urgência das ações necessárias. Flávio Haas, Associação Santa Cruz Novos Rumos, faz referência à



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

segurança e questiona se o decurso do prazo será célere, em resposta o Presidente da Mesa informa que há um cronograma a ser cumprido, como a estimativa está vinculada ao Plano de Negócios que o vencedor irá apresentar. Heitor Álvaro Petry, Presidente do COREDE Vale do Rio Pardo, reforça a necessidade de ações, quanto ao projeto o COREDE apoia o projeto apresentado, Conselho Regional de Acompanhamento da Concessão, assemelhados aos COREPES extintos, para atuar como uma instância de interlocução regional. Em resposta a equipe informa que o Decreto vigente prevê a criação de uma estrutura de acompanhamento. Deputado Estadual Valdeci Oliveira, informa que através da Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa, tem feito Audiências Públicas importantes pela ALRS, pergunta se as questões que saem da audiência pública, se serão analisadas e se tem possibilidade de aditamento ou complementação em razão das demandas e como fazer isso sem afetar o andamento do estudo desenvolvido, em resposta a Mesa argumenta que a discussão não se exaure nesta reunião, tem um prazo pela frente para a avaliação do que foi apresentado, reforçando a necessidade de encaminhamento dos registros à equipe técnica da SGGE para que sejam avaliados. Gerri Machado, ABURER, traz a visão do usuário e questiona se não seria possível um tratamento diferenciado para este usuário que usa a rodovia diariamente e acrescenta que seria importante pensar num fundo de apoio à educação no trânsito, em razão do volume de mortes no trânsito, tema defendido na concessão federal e acolhido, reforçando também a criação do Conselho Comunitário para apoio e fiscalização. O Presidente da Mesa afirma que isto certamente será considerado na revisão a ser feita. Cesar Antônio Cechinato, Secretário de Desenvolvimento Econômico de Santa Cruz do Sul, pertence ao Movimento Duplica 287, alerta para que os prazos não sejam perdidos, salienta a perda de competitividade e a perda de vidas, reforça que o tema deva ser tratado com prioridade. Mathias Bertram, Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul, integrante do Movimento Duplica 287, ressalta a importância da duplicação para a segurança viária, traz a preocupação da comunidade urbanizada de Pinheiral, km 92, que não consta como área urbana, como irão transitar os equipamentos e máquinas agrícolas, outra questão é sobre os postos de pesagem, salienta que dois pontos de pesagem são poucos, lembra da pesagem móvel para abarcar a fiscalização do excesso de peso, preocupação com a atuação da AGERGS, em razão disso reforça a necessidade de Conselhos comunitários, trânsito de máquinas a área de engenharia tem pensado no sentido de causar o mínimo impacto possível, quanto à pesagens, tendem a ser orientativo, tratam-se de trechos fiscalizados pelo Comando Rodoviário da Brigada Militar que é muito atuante, no que tange à AGERGS, ela assumirá o papel para que foi concebida. Armando Mayerofer, Vice-Prefeito de Sobradinho e membro da Associação Municípios Centro Serra, inclusão da terceira via da ERS-400, atualmente é utilizada como caminho para o Porto de Rio Grande, rodovia precária, solicita abertura de dialogo para construir uma alternativa para a região. Emanuel Hassen de Jesus, Prefeito de Taquari, reforça a necessidade de um conselho para o acompanhamento do contrato, inclusive o processo de licitação, ressalta que as comunidades envolvidas deveriam ter sido ouvidas, questiona o prazo das obras, para reduzir os danos de não cumprimento contratual. Caio Jordão, COREDE Central, documento entregue com a manifestação do COREDE, seu apoio e solicitando um trecho específico de duplicação, reforçando a argumentação do COREDE do Vale do Rio Pardo, solicita observar a criação do Conselho, alteração na velocidade da via. Rodrigo Decimo, CACISM, trecho do entroncamento da ERS-509 até o entroncamento com a BR-158, 8.6 km, que não está contemplado na duplicação, argumento que consta de documento entregue.

Por fim, Secretário Juvir Costella proferiu agradecimentos e a Mesa Diretora declarou encerrada a Audiência Pública às 17 horas e 30 minutos.

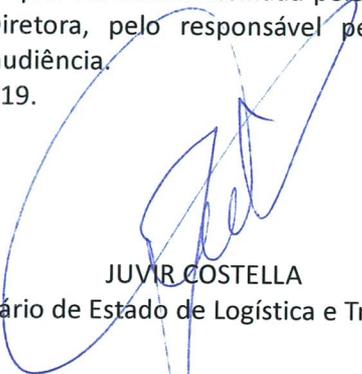
Quanto aos questionamentos realizados, as respostas serão divulgadas em conjunto com a



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

consulta pública, tendo em vista reproduzir contribuição escrita de idêntico conteúdo. A presente ata foi lavrada com base na degravação dos registros da cerimônia realizada em seis de maio de 2019, motivo pelo qual vai abaixo assinada pelos Secretários de Estado presentes, pelo Presidente da Mesa Diretora, pelo responsável pela apresentação técnica e pelo responsável por secretariar a audiência.
Santa Maria, 06 de maio de 2019.



JUVIR COSTELLA

Secretário de Estado de Logística e Transportes



EDUARDO BATTAGLIA KRAUSE

Secretário de Estado de Logística e Transportes Adjunto
Presidente da Mesa Diretora



CLAUDIO LEITE GASTAL

Secretário de Estado de Governança e Gestão Estratégica



BRUNO VANUZZI

Secretário Extraordinário de Parcerias



RAFAEL RAMOS

Diretor Departamento de Concessões e Parcerias Público-Privadas



JOSÉ LEANDRO MARTINS

Assessor Técnico da Secretaria de Logística e Transportes